

## **A ECONOMIA DO IMPÉRIO (séculos XIX-XX)**

**Adelino Torres**

*(ISEG-Universidade Técnica de Lisboa)*

*(Texto apresentado num colóquio na Universidade Nova de Lisboa em Janeiro de 2000)*

Não é certamente por acaso que o processo de "colonização/descolonização" continua a revelar-se, ainda hoje em pleno século XXI, de difícil tratamento. Demasiadas vezes prevalecem na análise conceitos mal definidos, factos interpretados unilateralmente, acontecimentos insuficientemente esclarecidos que, por sua vez, dão lugar a preconceitos de vária ordem.

Numa palavra, o panorama histórico, que é, em si, rico de dados empíricos sobre os quais existe um conhecimento mútuo, enreda-se frequentemente numa confusão teórica, prejudicial a estratégias futuras.

Mas a compreensão do presente não se compadece com análises voluntaristas que ignoram o passado.

Para definir os parâmetros que deverão balizar os caminhos que Portugal e os países africanos ainda poderão percorrer juntos é imperioso clarificar o quadro teórico explicativo no qual se move a controversa questão da "*colonização/descolonização*", chamemos-lhe assim.

Essa tarefa foi tentada num trabalho mais volumoso para o qual remetemos os leitores deste pequeno texto (TORRES 1991). Daremos apenas, aqui, alguns elementos no que se refere ao quadro teórico geral.

\*

\* \*

A abordagem mais corrente sobre a história colonial portuguesa, que se integra no que Khun chama a "ciência normal", afirma a existência de uma profunda e multi-secular articulação entre Portugal e as suas colónias de África. As indagações de vários autores não parecem ter conseguido abalar o arquétipo dos "cinco séculos de colonização", ao

qual chamaremos o "**Paradigma Multisecular**", que alimenta ainda discursos de europeus e africanos.

Esse paradigma está longe, porém, de constituir um bloco coerente. É possível descortinar dentro dele pelo menos duas teorias mutuamente contraditórias nos seus termos.

A primeira gira em torno do conceito de "civilização", assentando no pressuposto que as colônias e as populações africanas (e portuguesa) beneficiaram amplamente de um "encontro" que mudou o rumo da sua história.

A segunda formula esse relacionamento em termos radicais e faz o processo da "dominação imperialista" que submeteu os povos africanos aos objectivos da acumulação da metrópole colonial, através do tráfico escravagista, da exploração predatória, da destruturação social e cultural, da violência e da opressão.

Paradoxalmente, as duas teorias partilham, nos seus fundamentos epistemológicos, a mesma percepção linear e mono-racional - está sempre subjacente o paradigma multisecular e civilizacional do Capitalismo - embora os resultados sejam por elas interpretados de maneira diferente.

Com efeito, o espaço imperial insere-se num campo semântico coerente e unificado onde apenas se admitem meras racionalidades justapostas.

Desde logo o paradigma multisecular do Império raramente é considerado (parafraseando Lucien Sfez) como um contexto onde se encontram e defrontam multi-racionalidades que traduzem a coexistência de várias razões ou desrazões e a correspondente sobrecodificação das memórias e conflitos daí resultantes.

A confluência dessas teorias no interior do paradigma começa por exprimir-se ao nível dos conceitos e repercute-se inevitavelmente na abordagem das problemáticas e na leitura dos acontecimentos. Isso tem gerado equívocos que é necessário tentar esclarecer.

Por exemplo, o conceito de "**burguesia colonial**", geralmente entendido como "classe dominante indiferenciada", que abarca o universo dos territórios metropolitano e africano e controla o processo de colonização.

Esta definição, demasiado global e genérica, não capta a sobreposição de planos distintos que embora interligados não se podem confundir. Por outras palavras, não há uma "*burguesia colonial*" uniforme: há, em traços largos, uma burguesia metropolitana (cujos bens de raiz ou

ligações profundas estão em Portugal, seja qual for o seu comprometimento em África) e uma burguesia colonial propriamente dita, cujo poder, interesses e ambições têm como ponto de partida os territórios africanos.

Indo um pouco mais ao pormenor, pode acrescentar-se que, dentro de cada uma delas, encontram-se igualmente clivagens.

Na burguesia metropolitana registam-se diferenças profundas entre a **burguesia mercantil do Porto**, a **burguesia mercantil de Lisboa** e a burguesia agrária do norte e centro do país.

Na burguesia colonial, especialmente no caso de Angola e, até certo ponto no de Moçambique, existe, chamemos-lhe assim, uma **burguesia do litoral** em contraposição a uma **burguesia do sertão**, ambas de origem económica e social diversa e com objectivos que estão, frequentemente, longe de ser coincidentes.

Observadas ainda as coisas de outro ângulo, também é possível afirmar que os interesses da burguesia metropolitana e da burguesia colonial estiveram frequentemente em oposição desde os tempos mais recuados, rivalidade profunda que nunca desapareceu totalmente.

Note-se de passagem que a descrição da situação das colónias, no século XIX e no primeiro quartel do século XX, incidindo quase exclusivamente sobre a população de origem europeia, esquece que a burguesia colonial foi, até muito tarde, constituída por brancos, negros e mestiços e não apenas pelos primeiros. George E. Broocks refere a existência de casos similares na região da Guiné-Bissau entre os séculos XV e XIX.

Por sua vez o termo "civilização", quando não tem em conta os reflexos de *progresso-regresso* que inevitavelmente o caracterizam e lhe dão espessura no movimento histórico, esgota-se imerecidamente em retóricas sem conteúdo heurístico.

Também a referência quase exorcista ao "*Governo de Lisboa como agente decisório único*" da evolução de um sistema (cujo controlo frequentemente lhe escapa, aliás), confunde o discurso jurídico-político com o conteúdo económico e social de que este nos pretende informar. Desde logo, de nada serve apreciar as "acções governamentais" cobrindo-as de glória ou de opróbio, quando se ignora a existência de outros agentes, tanto em Portugal como nas colónias, cuja intervenção é determinante.

Acrescente-se que ambas as teorias, ao concentrarem a análise quase exclusivamente nos dizeres e decisões do poder colonial, esvaziam o papel dos africanos, passando em silêncio que estes nunca foram o elemento passivo, desprovido de querer e de história, segundo o preconceito tenaz das sociedades coloniais e até de homens de ciência e de filósofos como o próprio Hegel.

Muitas fontes referem que os africanos foram, em diversos aspectos, intervenientes activos no processo da colonização até ao fim do primeiro quartel do século XX, tanto na guerra (R. Pélissier), como na produção agrícola (Norton de Matos) ou no controlo que exerciam, de facto, sobre as grandes redes comerciais do interior (M.Emília Madeira Santos e Ilídio do Amaral).

Pode portanto dizer-se que o elemento humano autóctone tem pouco a ver com a imagem apagada que uma certa literatura oficial nos legou...

No caso da colonização portuguesa, um dos grandes méritos do trabalho de René Pélissier foi justamente de levantar a ponta desse véu e revelar que, para além do discurso europeu, os povos africanos, mesmo sem voz, não estiveram ausentes da trama em que os outros inscreveram os símbolos e actos do seu próprio imaginário.

Do mesmo modo, podemos interrogar-nos sobre a pretensão em falar de "capitalismo" nos territórios africanos, sabendo-se que a implantação desse sistema resulta, antes de mais, da junção do **trabalho assalariado livre**, da existência de **mercado interno** mais ou menos integrado e da circulação efectiva de **moeda fiduciária**.

Karl Polanyi demonstrou que em toda a Europa o capitalismo só se afirmou nos anos 1820, quando conseguiu assegurar três princípios básicos: o preço do trabalho determinado no mercado; a criação de moeda submetida a um mecanismo automático; a livre circulação dos bens de país para país sem obstrução nem preferência.

Em resumo: um mercado de trabalho (livre), o gold standard e a livre circulação.

Mesmo em Angola, onde os portugueses maior influência exerceram, essas condições não foram preenchidas durante todo o século XIX até, pelo menos, à segunda guerra mundial.

Que sentido tem, portanto, referir o "*capitalismo em Angola*", embora se admita que esta colónia estava parcialmente inserida no sistema económico mundial através de fluxos de mercadorias e de serviços?

Na visão do paradigma multiseccular colonial, inúmeros aspectos da realidade foram escamoteados quando se tentou tudo explicar com referência ao "capitalismo".

É certo, como nos ensina Fernand Braudel, que "a palavra capitalismo (...), se a fazemos sair pela porta, agastados, logo ela nos volta a entrar pela janela, porque não conseguimos nunca encontrar um substituto adequado". Mas ela não dá conta, por si só, de uma multiplicidade de situações caracterizadas pela complexidade. A história da colonização portuguesa em África não se confunde necessariamente com a "história do capitalismo".

Se é verdade que foi, "em geral, sobre a economia de mercado propriamente dita que o capitalismo prosperou" (Braudel) o liberalismo (entendido como capitalismo liberal) é um fenómeno que só começou a ter expressão política concreta a partir do primeiro quartel do século XX, como se pode ver, entre outras, nas obras de Acúrcio das Neves e de Ferreira Borges ou na acção legislativa de Mouzinho da Silveira.

Dito isto, o nosso objectivo não é de entrar no debate acerca do pensamento económico em Portugal nos séculos XVIII-XIX.

Pretendemos apenas, agora, de uma maneira necessariamente impressionista, assinalar certos parâmetros que delimitam um campo teórico possível, susceptível de fornecer elementos de resposta a uma interrogação sempre renovada.

Ou seja: como explicar a contradição entre o imaginário de um projecto imperial, ambicioso e visionário, e a transfiguração desse projecto num real sem a grandeza da retórica que o sustentava, apesar de cinco séculos de "contacto" entre portugueses e africanos?

A resposta não se encontra nem na autocontemplação *lenificante* da "gesta civilizacional", nem na sombria desmontagem de hipotéticas "teorias da conspiração" imperialista, ambas igualmente redutoras.

Como alguém disse, a colonização lavrada pelo sofrimento e regada pelo sangue, gerou ganância, desprezo, medos e ódios. Por fim a dominação deu inevitavelmente lugar a injustiças e estas alimentaram lutas desesperadas que, sobretudo em Angola, nunca cessaram com excepção de curtos períodos de acalmia. Devemos porém ser cautelosos na apreciação

dos acontecimentos: o uso das dicotomias é sempre uma perigosa maneira de enviesar as problemáticas.

De facto, não é possível ignorar, ao mesmo tempo, o empenhamento dos homens, a crença em valores próprios do seu tempo (Henri Brunschwig), a vontade obstinada de transmitir verdades de que se julgavam detentores (Oliveira Martins), a fé religiosa que justificava sacrifícios onde as razões se ganhavam ou perdiam (Frédéric Mauro), e, em última análise, os legados deixados em sectores da vida material e social da África. Para Henri Grimal, "a expansão da Europa, desde o período das grandes descobertas até ao limiar do século XX, foi um dos acontecimentos mais importantes da história da humanidade, pois constituiu uma contribuição notável para o movimento de ocidentalização que atingiu com intensidades diversas todos os continentes".

É importante não esquecer que se ideias-chave como "*civilização*", "*capitalismo*", "*burguesia colonial*", "*poder do Governo central*", etc., podem carrear informações indispensáveis e constituir ferramentas cognitivas úteis na malha larga de uma matriz teórica, também são de alcance limitado quando se trata de uma análise feita mais em pormenor sobre o desfasamento entre o real e o imaginário no universo da colonização.

Parece preferível escolher outro caminho e tentar construir uma nova matriz a partir do confronto, no plano económico e social, entre as duas vertentes do paradigma multiseccular oitocentista: o **mercantilismo** e o **liberalismo**.

Sinteticamente, o marco simbólico é, como já se disse, a revolução de 1822. Até aí nenhuma brecha decisiva se abria ainda no domínio mercantilista colado ao poder político absolutista.

A revolução setembrista não ditou o fim do sistema económico e social do mercantilismo. Ao longo do século XIX o mercantilismo e o liberalismo bateram-se em todos os sectores e, em particular, no que se refere às colónias.

Este estado de coisas arrastou-se até, à última década de oitocentos, altura em que a generosa ambição liberal protagonizada pelo Marquês de Sá da Bandeira acabou por soçobrar perante o mercantilismo.

É conveniente sublinhar que um dos aspectos da política defendida por Sá da Bandeira foi a luta que o opôs ao tráfico de escravos e,

em seguida, à própria escravatura, com o propósito de implantar nas colónias o regime do trabalho assalariado livre.

Esta era, por um lado, uma condição necessária para criar no então chamado "Continente Negro" uma economia de mercado obedecendo aos princípios de racionalidade inspirados em Adam Smith. Por outro lado, como nota António Almodovar consistia também numa maneira de salvaguardar a universalidade do paradigma smithiano pela introdução de factores extra-económicos postulando um mínimo de semelhança entre a sociedade europeia e as outras sociedades através do postulado civilizacional. Isso implicava para as sociedades mais atrasadas a ideia de "progresso cultural" até atingirem um estágio semelhante ao das sociedades mais desenvolvidas. O que conduziu a identificar os factores que possibilitassem essa evolução, entre os quais: o trabalho assalariado livre e a correlativa instrução dos povos.

Assim se compreende melhor o esforço nesse sentido feito pelos governos liberais que despenderam por exemplo, entre 1833 e 1857, mais de oitenta contos (soma importante na época) para subsidiar os estudos em Portugal de 108 pessoas originárias das colónias: 13 de Cabo Verde, 17 de S. Tomé e Príncipe, 19 de Angola, 2 de Moçambique, 48 do Estado da Índia e 9 de Macau. Nos *Annaes do Conselho Ultramarino*, que apresentavam a lista discriminada desses estudantes e respectivos cursos, afirmava-se que "o Governo tem procurado lançar no Ultramar os fundamentos da instrução pela forma mais conveniente" (...) e "não tem deixado de empregar os meios, que segundo os tempos têm parecido mais próprios, para auxiliar os progressos dos habitantes do Ultramar e designadamente procurando dar-lhes os socorros da Ciência cada dia mais indispensáveis para a pública posteridade".

A promulgação, nos finais do século XIX, do novo proteccionismo aduaneiro e das leis de António Ennes sobre o regime laboral nas colónias (leis que, do ponto de vista mercantilista, correspondem a uma estratégia e a um pensamento político de uma coerência rara na história colonial portuguesa), assinala, como já se disse, a vitória definitiva dos mercantilistas e da elite dominante da burguesia colonial pró-capitalista, vitória que, na ruptura definitiva com as teses liberais do "trabalho livre", ir marcar os destinos de Portugal e das suas possessões praticamente até aos nossos dias.

Assim, o modelo que influenciou decisivamente a história colonial portuguesa, tanto no século XIX como no próprio século XX até pelo menos à segunda guerra mundial, sendo mesmo até 1961 (ano em que os africanos retomaram a sua tradição de luta armada só temporariamente interrompida), resultou da sobrevivência e dominação do mercantilismo e não do projecto do capitalismo liberal, o que impõe uma leitura diferente do paradigma multiseccular.

Contrariamente a certos postulados ideológicos, nem a primeira República nem o Estado Novo alteraram profundamente este estado de coisas e, década após década, a continuidade sobrepôs-se quase sempre à mudança.

Não nos deixemos, porém, iludir demasiado facilmente pela celeridade com que a obra de Adam Smith, publicada pela primeira vez em princípios de 1776, foi traduzida em português (por Bento da Silva Lisboa) em 1811 no Rio de Janeiro.

A data „, de facto, surpreendente para um país atrasado que muitos consideram arredo do movimento das ideias mais avançadas do resto da Europa.

António Almodovar, na sua introdução às *Obras Completas* de José Acúrcio das Neves (3o volume) nota justamente que "se tivermos em linha de conta a ideia solidamente creditada de que Portugal era um país extremamente atrasado no início do século XIX - quer do ponto de vista material quer do ponto de vista intelectual - ficaremos certamente espantados ao constatar que a primeira tradução portuguesa de *A Riqueza das Nações*, coeva das traduções realizadas em grande número de países da Europa de então". Deveria no entanto acrescentar-se que essa tradução se deve aos brasileiros independentistas, profundamente influenciados pelo movimento de emancipação dos Estados-Unidos da América, e não aos intelectuais portugueses, o que também tem algum significado.

Em Portugal, se é exacto que "o ensino público da Economia Política entre nós data de 1837" como nos diz A. Forjaz de Sampaio e que as ideias liberais tinham então uma apreciável influência entre as elites portuguesas, não é menos certo que as forças mercantilistas opuseram sempre uma tenaz resistência no terreno económico, político e social às pretensões iluministas.

A burguesia mercantil de Lisboa e a burguesia mercantil do Porto - cujos interesses em matéria colonial frequentemente entraram em choque

entre si, aliás, são os representantes por excelência das forças económicas dominantes da sociedade portuguesa da época.

Contudo a riqueza e poder dessas elites não parecem ter contribuído significativamente para o desenvolvimento da nação portuguesa, nem para a acumulação do capital produtivo susceptível de gerar uma industrialização e um desenvolvimento similares às de outros países europeus.

Adam Smith já se interrogava, nos finais do século XVIII, sobre os efeitos dos monopólios mercantilistas: "Será que os lucros exorbitantes dos mercadores de Cádiz e de Lisboa aumentaram o capital de Espanha e de Portugal? Será que vieram atenuar a pobreza, promover a indústria desses dois países miseráveis?".

Mais recentemente, Karl Polanyi considera que o mercantilismo concebeu o sistema de maneira exactamente contrária ao espírito da economia de mercado, especialmente pela intervenção do Estado, não havendo nesse ponto grande diferença entre mercantilistas e feudais.

Alfred Marshall, reconhecendo embora os vícios e limites do Mercantilismo, formulava todavia um julgamento mais benevolente sobre o seu lugar na história.

O núcleo duro do paradigma multiseccular sobre a questão colonial portuguesa no século XIX e primeira metade do século XX, pois a confrontação política e económica entre o mercantilismo e o liberalismo.

O mercantilismo, escrevia E. Wagemann em 1938, "desenvolveu-se no quadro de uma forma económica que Sombart designa pelo nome de pré-capitalismo (...) e que deveria ser considerado semi-capitalismo".

Nessa época é menos a forma da economia do que a forma do Estado que dá o tom à política económica. A monarquia absoluta pode submeter a economia ao monarca e à sua fiscalidade.

Para proteger e aumentar a fortuna deste, estando ainda o sistema de crédito nos seus primórdios, tornara-se indispensável assegurar a obtenção de meios de circulação em ouro e prata.

A fim de os obter, a "Europa só dispunha de minas sem importância. Era preciso recorrer à pirataria, às conquistas coloniais e, quando a força não triunfava, ao comércio externo".

A intervenção do Estado a todos os níveis, o conjunto complexo de regulamentações do mercantilismo, levam muitos autores a considerarem o mercantilismo como "um sistema de prescrições policiais que

paralizavam o progresso" (E. Wagemann), em contraposição ao liberalismo económico nascente que mergulhava as suas raízes no iluminismo e constituía a filosofia económica do direito natural.

Atendamos às palavras de Adam Smith: "O monopólio do comércio colonial, tal como todos os outros expedientes mesquinhos e malignos do sistema mercantil, deprime a indústria de todos os outros países, mas especialmente a das colónias, sem aumentar nada, mas pelo contrário diminuindo a do país em favor do qual foi estabelecido".

Para Edmund Silberner, o mercantilismo não foi um sistema de economia política propriamente dita e os mercantilistas trataram mais de política económica do que de economia política. Indo mais longe, porém, considera que "o belicismo é a faceta principal do mercantilismo" na medida em que este se baseia na convicção da incompatibilidade de interesses económicos entre as nações, ou seja, para a doutrina mercantilista uma nação só pode enriquecer-se e fortalecer-se à custa das outras. "Esta concepção teórica serviu para manter uma política internacional económica baseada na violência" onde o primeiro elemento do poder político indispensável para a conquista eram os metais preciosos, a cuja acumulação era dada a máxima importância.

Toda a doutrina mercantilista estava, pois, imbuída de "espírito guerreiro".

Pelo contrário, o liberalismo nasceu de uma posição diametralmente oposta.

O factor guerra foi tão somente um factor excepcional no seu sistema. Diferentemente dos mercantilistas, os liberais concebiam um mundo pacífico e admitiam a co-habitação pacífica dos povos. A seus olhos a concórdia internacional e a colaboração económica entre os povos era para todos vantajosa.

Silberner refere que, mesmo "se concretamente não existe uma contradição absoluta entre os mercantilistas e os liberais nos fins que propõem, há uma inversão total na ordem valorativa desses fins. Para estes, o bem-estar dos indivíduos é o fim supremo; para aqueles é o poder do Estado".

Para Paul Vidonne, "a importância do projecto smithiano não se limita todavia à descrição da «esfera económica» de uma sociedade cujas instituições políticas estariam já solidamente estabelecidas: a natureza do projecto é muito mais profunda; ele visa substituir o contrato pelo

mercado como fundamento da sociedade, permitindo a separação institucional do económico e do político. O projecto smithiano, o da esfera económica totalmente autónoma tanto da natureza como do político".

\*

\* \*

Na história da colonização portuguesa, o fosso entre o imaginário e o real, entre o discurso e a sua prática, é mais profundo do que alguns pretendem.

Se é certo que ao primeiro não faltou grandiosidade, este não encontrou no concreto quotidiano o eco da sua própria ambição e, impotente, deixou-se encurralar em sonhos de glórias há muito perdidas e mitologias sem consistência.

Mas se o real não teve a dimensão do projecto que o justificou, também a sua acção não gerou necessariamente apenas trevas e escombros.

Nesse sentido, as teorias principais do paradigma multi-secular da colonização portuguesa entrecruzam-se e contam verdades parcelares, mas nenhuma delas oferece o modelo sistémico capaz de dar uma resposta coerente e definitiva à complexa teia dos movimentos da história.

É, pois, urgente afastarmo-nos da lógica linear e *uni-racional* comum às duas teorias, e explicar de outra maneira o desfazamento entre o real e o imaginário no paradigma multiseular do Império português.

Se os famosos "cinco séculos" de colonização obtiveram resultados que muitos consideram insatisfatórios, mesmo do ponto de vista da nação colonizadora, isso deve-se antes de mais à permanência do **modelo proto-capitalista** que predominou nas colónias e, até certo ponto, na metrópole.

Esta situação parece-nos ser essencialmente uma consequência da derrota liberal em finais do século XIX e, como já foi sublinhado, da manutenção do mercantilismo. Este último não deve ser confundido com o sistema capitalista, pois não só lhe é anterior mas também adverso. A existência de riqueza e de capital não permitem deduzir que estamos perante capitalismo.

Assim, da persistência do quadro de referência mercantilista resulta a maior parte dos obstáculos ao progresso imaginado pelos revolucionários do

anos 1820: dificuldade extrema em abolir o tráfico de escravos e em aplicar em África a legislação do trabalho assalariado livre; conluio entre a burguesia colonial de Angola e do Brasil contra as orientações do Terreiro do Paço e, por mais de uma vez, contra os interesses das burguesias mercantil e agrária

metropolitanas; fracasso da colonização de povoamento; insuficiência da circulação da moeda fiduciária devido à incapacidade do Banco Nacional Ultramarino (BNU) em assumir-se em África como uma verdadeira instituição financeira.

De facto, este banco excepcionalmente privilegiado não cumpriu os compromissos assumidos aquando da sua criação em 1864, e foi talvez, pode dizer-se, um dos agentes principais da sobrevivência de um sistema retrógrado de colonização e da resistência ao capitalismo.

É afinal na derrota do liberalismo e, por consequência, do movimento criador do capitalismo moderno, que reside o núcleo duro do modelo colonial português, dominado por um **proto-capitalismo** proteccionista e autoritário, visceralmente anti-iluminista e anti-democrático, fechado no imaginário que teceu.

No resto da Europa, a colonização abandonara desde o início do século XX, ou mesmo mais cedo, "o carácter de simples exploração que lhe tinha sido conferido pelo mercantilismo, para se tornar num sistema de troca que bastava para consagrar a sua legitimidade" (H. GRIMAL, *opus cit.*) embora fosse essa mesma Europa que tivesse fixado unilateralmente os termos do relacionamento com a África, sem consulta das populações africanas.

Em Portugal, a ocupação colonial e sobretudo o tipo de relação entre a metrópole e as colónias, foi mais arcaico, na medida em que tudo indica que o mercantilismo português sobreviveu para além da primeira metade do século XX.

Acrescente-se que, entre nós, este modelo caracterizou-se ainda pela sua continuidade fundamental nos projectos dos regimes monárquico, republicano e do Estado Novo.

\*

\* \*

O núcleo duro da nossa interpretação reside portanto no confronto entre o mercantilismo e o liberalismo capitalista que, desde os primórdios do século XIX até, podemos dizê-lo, aos anos 1960, regeu em última

análise, senão o rumo do sistema económico e social português, pelo menos o seu "espaço ultramarino".

O mercantilismo saiu finalmente vencedor na última década oitocentista (leis do trabalho obrigatório em África, pautas aduaneiras proteccionistas, etc.) e assegurou com essa vitória a sobrevivência nas colónias de um *proto-capitalismo* de raiz escravagista adverso à racionalidade económica da concorrência, ao trabalho assalariado livre e, em parte, à moeda fiduciária como instrumento do mercado.

A burguesia colonial (instalada em África), muito mais heterogénea do que se poderia supor à primeira vista, foi distinta da burguesia metropolitana e manteve desde sempre com esta última um relacionamento contraditório, feito de tensões e alianças, que desmente a habitual serenidade abrangente das teorias do paradigma multiseular.

Por sua vez a consolidação do mercantilismo estabilizou duravelmente o quadro dentro do qual se moviam os diferentes actores e perpetuou a velha ordem anterior ao capitalismo, atirando Portugal para a cauda de um movimento que, noutros países da Europa, ia implementando uma nova concepção do progresso.

Os parâmetros essenciais dessa orientação condicionaram todos os regimes da história portuguesa contemporânea.

Da Monarquia à República e desta ao Estado Novo houve continuidade fundamental na colonização (apenas parcialmente quebrada por Norton de Matos em 1921-25 e, noutro âmbito, por J.E. Costa Oliveira nos anos 1960-70), porque vigorava sempre o mesmo padrão determinado pela lógica do pensamento mercantilista, estatal, centralista e autoritário, que reproduzia as normas de outra era.

Para tirar uma ilação mais actual do que acima ficou dito, vale a pena fazer uma rápida referência a tempos recentes para o exemplificar, embora fugindo um pouco aos limites do período que me foi consignado (século XIX e princípios do século XX).

Nos anos 1960, as revoltas nacionalistas nas diversas colónias introduziram finalmente uma ruptura no paradigma dominante.

Assistiu-se então à tentativa de recuperar o tempo perdido, esforço simbolizado pelo Secretário Provincial da Economia de Angola, J.E. Costa Oliveira que, não sem coragem, desenvolveu o esforço (de que sofreu posteriormente as consequências) mais notável da segunda metade deste

século para implantar naquele território um sistema económico moderno digno do nome de "capitalismo".

Era, porém, essencial que o processo tivesse tido o tempo necessário para criar raízes e dar frutos, em termos de acumulação, de redistribuição de rendimentos e de melhoria de nível de vida das populações.

O 25 de Abril de 1974 interrompeu-lhe a continuidade e perante as "experiências socialistas" aplicadas no período pós-independência, a sua dinâmica soçobrou. Paradoxalmente (ou talvez não), a estatização fez mesmo reviver velhas e destrutivas práticas mercantilistas...

As confusões teóricas neste campo, aliadas a uma prática «marxista-leninista» à partida sem viabilidade (por razões complexas que seria interessante debater mas que não podemos abordar aqui), acabaram por conduzir a sociedade e a economia angolanas a um beco sem saída.

Pode dizer-se que os processos de Angola e de Moçambique foram, em muitos aspectos, semelhantes.

É impossível delinear o que teria acontecido se os ideais do liberalismo<sup>1</sup> tivessem saído vencedores da contenda no século XIX.

Podemos aventar hipóteses sobre o que foi, mas seria um jogo arriscado e gratuito imaginarmos o que teria sido, se os acasos da história houvessem apontado para caminhos diferentes. É, no entanto, possível admitir que, pela sua própria natureza, o capitalismo geraria dinâmicas e porventura formas de progresso que, sem dúvida, aproximariam hoje mais estreitamente africanos e portugueses.

Contrariamente às teses do paradigma multiseular, não parece excessivo dizer, em todo o caso, que o dramático desfasamento entre o real e o imaginário na obra da colonização portuguesa, deve-se, paradoxalmente, não ao capitalismo mas sim à sua ausência ou fraqueza nas colónias, o que parece confirmar certas teses clássicas por demais conhecidas...

Por outras palavras, é sobretudo do lado do mercantilismo e de uma revisão dos conceitos e da teoria do conhecimento em que estes se inscrevem, que têm que ser procuradas novas respostas às interrogações tantas vezes formuladas.

---

<sup>1</sup> O conceito de "liberalismo" é usado aqui num sentido talvez excessivamente restritivo a que sou de certo modo obrigado para efeitos de demonstração e para não alargar em demasia o quadro de análise. No entanto, o termo "liberalismo", na perspectiva em que estou a utilizá-lo, não se confunde com o sentido actual de "liberalismo económico" e menos ainda com uma das suas versões modernas, no campo da Economia, que é o "*liberalismo neoclássico*" (Walras, Pareto, etc.).

Adelino Torres

## BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- ANNAES DO CONSELHO ULTRAMARINO (Parte n.º Oficial, I Série, 1857)
- BRAUDEL, Fernand, *A Dinâmica do Capitalismo*, Lisboa.
- GRIMAL, Henri, *La Décolonisation de 1919 à nos Jours*, Paris, 1985.
- MARSHALL, Alfred, *Industry and Trade*, Londres, 1919.
- NEVES, José Acúrcio das, *Obras Completas*, Porto, Afrontamento.
- POLANYI, Karl, *La Grande Transformation*, trad. fr., Paris.
- SILBERNER, Edmund, *La Guerra en el Pensamiento Económico*, Madrid, 1954.
- SMITH, Adam, *Riqueza das Nações*, Lisboa, Gulbenkian.
- TORRES, Adelino, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, Lisboa, Esher, 1991.
- TORRES, Adelino, *Horizontes do Desenvolvimento Africano no Limiar do Século XIX*, Lisboa, Vega, 2ª ed. 1999.
- VIDONNE, Paul, *La Formation de la Pensée Économique*, Paris, Economica, 1986.
- WAGEMANN, E., *La Stratégie Économique*, Paris, 1938.